

Estruturas linguísticas e acusativo

Claude Piron

1. Etnocentrismo
2. Princípios que regem a estruturação de uma língua
3. Comparação entre o espírito do inglês, do francês e do esperanto
4. Posição na frase ou “monema funcional” (morfema)
5. É preciso levar em consideração hábitos linguísticos diferentes
6. Expressividade
7. Facilidade ou precisão?

1. Etnocentrismo

Uma senhora inglesa, a quem explicávamos como dizer “pão” em francês, exclamou: “Que ideia extravagante. Por que diabos eles não dizem *bread* como todo o mundo?” Esta incapacidade de ver as coisas a não ser através do prisma de sua própria cultura chama-se etnocentrismo. É do etnocentrismo que procede a maior parte das objeções feitas ao esperanto.

Alguns, por exemplo, acham inimaginável que uma língua que se queira internacional tenha um acusativo. Atribuindo um caráter de universalidade ao caso particular de algumas línguas ocidentais, eles acreditam que uma língua sem acusativo é necessariamente mais fácil. E ela o é, com certeza, para **eles**. Mas esse critério é suficiente? Com o mesmo raciocínio, um Português poderia reivindicar que adotássemos o espanhol como língua internacional. O espanhol é muito mais fácil que o esperanto para um Português, porque o baixo-latim evoluiu de maneira paralela nos dois países da península ibérica. Mas o espanhol é muito mais difícil que o esperanto para um russo, um húngaro, um japonês, um sueco. Portanto, se considerarmos o problema em escala mundial, não poderemos adotar a solução “espanhol”: a dificuldade suplementar é o preço que nosso Português pagará por uma solução mais democrática, que é também, em última análise, mais eficaz, porque a comunicação internacional é melhor se adotamos uma língua que representa *um ideal para todos e se levamos em consideração hábitos linguísticos muito diferentes dos seres humanos*.

O objetivo de uma língua é permitir a comunicação. Para que a comunicação seja tão perfeita quanto possível, é preciso que a língua seja, ao mesmo tempo, maneável e clara. Maneável, porque se a pessoa que se exprime é constantemente inibida por dificuldades gramaticais ou lexicais, a comunicação não se realiza bem. Clara, porque se o enunciador se exprime facilmente, mas de forma ambígua, seus enunciados são como adivinhações e os mal-entendidos são encontrados em abundância: não há comunicação digna desse nome.

A maneabilidade de uma língua depende de sua coerência. Por razões psicológicas conhecidas, mas que seria muito extenso desenvolver aqui¹, a expressão linguística tende espontaneamente em direção à regularidade. Considere os “erros” de língua de uma criança, de um estrangeiro, de uma pessoa sob o efeito do álcool, da fadiga ou de uma forte emoção: eles tendem sempre a tornar a língua mais coerente do que ela é. Quando um inspetor escolar me diz: “*Vous disez*” no lugar de “*vous dites*”, ou quando eu leio escrito por um jornalista: “*je parcourai*” em vez de “*je parcourus*”, são dois casos onde a prática pessoal em profissões cuja correção da linguagem desempenha um papel importante revela-se mais fraca que a tendência psicológica de alinhar o menos frequente com o mais frequente, o excepcional com o regular.

A mesma tendência à coerência encontra-se na história das línguas. Se dizemos em francês *tomber* no lugar de *choir*, *manquer* no lugar de *faillir* e, cada vez mais, *solutionner* ao invés de *résoudre*, é porque os verbos em *-er* são amplamente majoritários; eles são, portanto, sentidos como mais normais e mais maneáveis que os outros.

Por que o italiano diz *essere* lá onde o latim tinha apenas *esse*? Os infinitivos latinos se caracterizavam no começo por uma bela coerência: eles terminavam todos em *-se*. Mas uma alteração fonética transformou em *-r-*, o *-s-* colocado entre duas vogais. De repente, verbos como *esse* (“ser, estar”) e *posse* (“poder”) viram-se separados do conjunto dos outros infinitivos, em que as formas *-ase*, *-ese*, *-ise* transformaram-se em *-are*, *-ers*, *-ire*. Essa incoerência existia ainda na época clássica, mas a língua não suportou por muito tempo. O baixo-latim “corrigiu” as formas desviantes, atribuindo-lhes o final em *-re* que encontramos no italiano de hoje em dia.

No caso da língua materna, o principal fator de maneabilidade é, portanto, a coerência. Mas, quando se trata de uma língua estrangeira, há um outro fator a ser acrescentado: a semelhança entre essa língua e a língua materna. Em um relatório redigido por um pesquisador estrangeiro, e cujo trabalho me foi pedido para revisar, encontrei uma frase que começa por: “*il conclua que doubles étaient les aspects...*” (Ele concluiu que duplos eram os aspectos...). Se o primeiro deslize procede de um desejo de coerência (alinhar o verbo *conclure* sob a forma mais frequente do passado simples), o segundo deve-se à influência da língua materna, onde a ordem das palavras é muito mais livre que em francês.

As interferências que as estruturas da língua materna provocam no manejo da língua estrangeira são tão mais difíceis de eliminar quanto a segunda língua é menos coerente. Se o grau de coerência é muito elevado, as estruturas são assimiladas completamente e aplicam-se, em todo lugar, com facilidade; se ele é pouco elevado, o recurso à memória é constante e um “*drill*”² considerável é necessário para que a linguagem espontânea torne-se suficientemente correta.

¹ Ver Claude Piron, “*O desafio das línguas; da má gestão ao bom senso*” Tradução e adaptação de Ismael M. A. Avila. 2ª ed. revisada e atualizada. Campinas, SP: janeiro de 2007, capítulo VI. Disponível em versão eletrônica em: <http://www.kunlaboro.pro.br/download/o-desafio-das-linguas.pdf>

² Palavra da língua inglesa: treinamento, exercício (repetitivo), (treinamento de) rotina.

2. Princípios que regem a estruturação de uma língua

Cada língua tem seu espírito próprio, que depende muitas vezes de um princípio diretor sobre o qual se apoia toda a estruturação da linguagem. Compreenderemos melhor o princípio diretor do esperanto se o compararmos ao do inglês, que é diametralmente oposto a ele.

O princípio diretor que rege a organização da língua inglesa é a “evocação”, sistema que permite uma extraordinária economia de recursos linguísticos, mas que apresenta o inconveniente de dar muito espaço para os referenciais: contexto, situação, conhecimento do assunto pelo receptor da comunicação, etc. É isso que sobressai nos exemplos a seguir, não inventados para as necessidades da causa, mas todos tirados de minha experiência como revisor no Escritório de Publicações e Traduções da OMS.

Consideremos as duas expressões *malaria treatment* e *malaria therapy*. Elas se compõem, uma e outra, de um grupo de duas palavras que são, ambas, no dicionário, substantivos. A primeira é o nome de uma doença (paludismo, também chamada na linguagem leiga malária), a segunda é um nome que designa uma ação terapêutica. Tudo o que a gramática inglesa nos indica a respeito desse tipo de construção é que a primeira palavra determina a segunda, mas nenhuma flexão, nenhuma preposição vem especificar de qual gênero de determinação se trata: a língua não explicita, ela justapõe duas noções que, reunidas, devem evocar a ideia correta. Isso porque somente o conhecimento do assunto permite saber que a primeira expressão significa “tratamento do paludismo”, e a segunda, “tratamento pelo paludismo”. O espírito da língua francesa, fundado sobre a explicitação das relações, é totalmente diferente. As expressões francesas são *traitement du paludisme* (tratamento do paludismo) no primeiro caso, *impaludation thérapeutique* ou *paludothérapie* (impaludação terapêutica ou paludoterapia) no segundo. Nenhuma confusão é possível aqui. A palavra “impaludação” significa, por ela mesma, que se injeta o parasita do paludismo, e o emprego de *-terapia* como sufixo é suficiente para indicar que diz respeito a uma forma de tratamento (em toda a série fisioterapia, psicoterapia, cinesioterapia, etc., o primeiro termo sempre indica o método).

Um outro exemplo onde a natureza da relação de determinação é deixada para o referencial nos é fornecido pelas expressões *performance level* (“nível de desempenho, de sucesso”) e *blood level*, que não significa “nível do sangue”, mas “quantidade (de tal ou tal substância) presente na circulação sanguínea”.

Eis aqui um segundo tipo de estrutura imprecisa em inglês: *Japanese encephalitis vaccine*. Três palavras são agrupadas: nós sabemos que diz respeito a vacina, a encefalite e a Japão. Mas a ausência total de recursos linguísticos que explicitem as relações não permite dizer se é preciso traduzir por “vacina japonesa contra a encefalite” ou “vacina contra a encefalite japonesa”. Para determinar que a segunda tradução é a mais correta, é preciso saber desde já que existe uma doença chamada “encefalite japonesa”, a gramática inglesa não nos dá nenhuma informação.

O que mostra bem que se trata de uma tendência geral da língua, de um princípio sobre o qual é fundada a ideia de comunicação, é que encontramos a mesma imprecisão no nível vocabular: *development of health networks* significa tanto “desenvolvimento de redes de saúde” como “criação de redes de saúde”.

O princípio da evocação dá ao inglês uma flexibilidade extraordinária se o comparamos ao francês, por exemplo, onde a determinação necessita recorrer sempre a uma preposição, a uma perífrase (*amphetamine dependants* foi traduzido por “personnes ayant contracté une dépendance à l’égard des amphétamines”³) ou a uma palavra – adjetivo ou advérbio – da qual a forma e a existência dependem exclusivamente da tradição. A expressão inglesa *malaria eradication and control* é muito mais leve e maneável que seus equivalentes franceses *éradication du paludisme et mesures de lutte contre cette maladie* ou *éradication du paludisme et lutte antipaludique*⁴, que contêm no mínimo 50% a mais de sílabas. Mas o sistema francês é notavelmente mais preciso que o sistema inglês, que é, além disso, custoso.

É no sentido literal que eu emprego a palavra “custoso”. Durante o período em que fui revisor na OMS, eu era pago – e bem pago – unicamente para reler traduções feitas por profissionais, a maior parte eram professores, muitos tinham vivido durante anos na Grã-Bretanha ou nos Estados Unidos, e para eliminar os erros provenientes, não de um desconhecimento da língua, mas de um desconhecimento dos assuntos tratados. O grande público não imagina o número de horas perdidas nos serviços de tradução porque as estruturas linguísticas inglesas são fundadas sobre a evocação. Aconteceu, por exemplo, de eu precisar escrever para a Austrália para perguntar a um autor se os indivíduos observados no *Japanese prisoner of war camp*, ao qual ele se referia, viviam em um campo aliado de prisioneiros de guerra japoneses, ou em um campo japonês de prisioneiros de guerra aliados, a expressão inglesa sendo suscetível das duas interpretações.

3. Comparação entre o espírito do inglês, do francês e do esperanto

Se a língua inglesa extrai sua originalidade do método “evocação”, o esperanto, por sua vez, caracteriza-se por aquilo que poderíamos chamar “análise imediatamente perceptível”. Em esperanto, as relações gramaticais entre as palavras são sempre exprimidas por “monemas funcionais”, segundo o princípio “tal monema – tal função”. As relações semânticas entre palavras de uma mesma família obedecem ao mesmo princípio e são, igualmente, transparentes.

A diferença entre o espírito das línguas inglesa, francesa e esperanto aparece claramente nas três expressões seguintes:

³ Em português: *amphetamine dependants* – dependentes de anfetaminas.

⁴ *Erradicação do paludismo e medidas de luta contra essa doença*, no primeiro caso; *erradicação do paludismo e luta antipalúdica*, no segundo. (N.T.)

- 1) *Here is my **bicycle***
- 2) ***Bicycle** trip*
- 3) *The boy wants to **bicycle***

- 1) *Jen mia **biciklo***
- 2) ***Bicikla** ekskurso*
- 3) *La knabo volas **bicikli***

- 1) *Voici mon **vélo***
- 2) *Excursion à **vélo***
- 3) *Le garçon veut **aller à vélo**.*⁵

A língua inglesa emprega três vezes a mesma palavra, mas com funções gramaticais diferentes: 1) substantiva, 2) adjetiva, 3) verbal.

O esperanto segue literalmente o inglês, mas a análise gramatical é imediatamente aparente, graças aos “monemas funcionais” *-o* para os substantivos, *-a* para os adjetivos, *-as* para os verbos no presente do indicativo, *-i* para os verbos no infinitivo. Quanto ao francês, ele é obrigado a se virar para utilizar o substantivo nos três casos: ele é definitivamente menos livre (“*excursion vélocipédique*” existe na teoria, mas não faz parte dos recursos da língua corrente).

Se um tradutor traduziu por engano a frase *WHO provided help to control programmes in 12 countries* por “L’OMS a fourni une assistance pour contrôler les programmes dans 12 pays” (A OMS forneceu uma assistência para controlar os programas em 12 países), enquanto que o autor do relatório queria dizer: “L’OMS a aidé à exécuter des programmes de lutte (contre le trachome) dans 12 pays” (A OMS ajudou a executar programas de luta (contra o tracoma) em 12 países), é porque nada permite saber se a função da palavra *control* é verbal ou adjetiva. Se ela é verbal, a palavra *programmes* é o objeto direto do verbo *control*; se ela é adjetiva, a mesma palavra é um complemento indireto indicado pela preposição *to*. Em esperanto, não há nenhuma ambiguidade: diremos “*helpon por ---i programojn*” no primeiro caso, e “*... helpon al ---aj programoj*” no segundo (eu substituo a palavra *control* por pequenos traços porque não existe, em esperanto, verbo que tenha os dois sentidos do termo inglês).

Em muitos casos, a ambiguidade do inglês desapareceria se ele tivesse um acusativo. Por exemplo, a expressão *by reducing gases* só é ambígua porque não sabemos se *gases* é regido pela preposição *by* ou é o objeto direto do verbo *reducing*. No primeiro caso, a expressão significa “pela redução dos gases”; no segundo, “reduzindo os gases”.

4. Posição na frase ou “monema funcional” (morfema)

O princípio da análise perceptível fonética e visualmente, que determina toda a estrutura da língua de Zamenhof, exige necessariamente uma marca distintiva para o objeto

⁵ Aqui está minha bicicleta. / Passeio de bicicleta. / O menino quer andar de bicicleta.

direto. Estando todas as outras funções gramaticais expressas por um fonema ou grupo de fonemas particular, a ausência de um signo que permita identificar imediatamente o objeto da ação iria corromper de modo intolerável toda a construção da língua.

Além disso, como a existência dos “monemas funcionais” (“morfemas funcionais”) autoriza uma liberdade muito grande na ordem das palavras, a obrigação de seguir a ordem sujeito-verbo-objeto, que implicaria necessariamente a renúncia do acusativo, seria incompatível com uma tendência muito acentuada no resto da língua.

Uma língua que devesse obedecer a dois princípios tão contraditórios não seria viável. Quanto ao sistema do francês e da Interlíngua, com acusativo para certas palavras (*je, me ; io, me*) e não para outras, isso seria inadmissível em uma língua como o esperanto, onde o princípio da coerência é incentivado até seus limites extremos. Pode-se amar ou não o princípio da análise imediatamente perceptível, mas não se poderia suspender-lhe a aplicação em certos casos sem desequilibrar a totalidade do edifício.

Para dizer a verdade, mesmo se as leis estruturais de coesão da linguagem permitissem a ausência do acusativo, teríamos interesse em mantê-lo para assegurar uma comunicação de qualidade nas condições particulares do uso internacional.

Todas as línguas distinguem de uma forma ou de outra o sujeito do objeto. Os meios utilizados dividem-se em duas grandes categorias: a posição na frase, de um lado; o “monema funcional”, de outro (podemos reagrupar sob essa última categoria todos os casos, linguisticamente equivalentes, em que a distinção entre o sujeito e o objeto é garantida por um elemento visual ou audível da língua: preposição, posposição, terminação, flexão...).

Muitas línguas têm um sistema misto. Por exemplo, em francês, a distinção é operada

- 1) pela posição, quando se trata de substantivos: *la maîtresse aime l'élève* (em oposição a *l'élève aime la maîtresse*),
- 2) por uma mudança de forma no caso de certos relativos: *l'homme qu'a tué le colonel* (em oposição a *l'homme qui a tué le colonel*);
- 3) por uma mudança de posição e forma, no caso dos pronomes pessoais: *je le vois* (em oposição a *il me voit*).⁶

Os casos em que a posição é o único meio do qual dispõe uma língua para distinguir o sujeito do objeto são extremamente raros. Talvez eles nem existam. Ao contrário de uma opinião bastante difundida entre os linguistas, a língua chinesa conhece outras

⁶ 1). *la maîtresse aime l'élève*: a professora ama o aluno; *l'élève aime la maîtresse*: o aluno ama a professora.

2). *l'homme qu'a tué le colonel*: o homem que o coronel matou;
l'homme qui a tué le colonel: o homem que matou o coronel.

3). *je le vois*: eu o vejo; *il me voit*: ele me vê.

possibilidades, como o mostram as três formas seguintes, todas três muito usadas, de traduzir a frase “*il a préparé le rapport*” (ele preparou o relatório):

ta zhunbeihaole baogao (esperanto: li preparis la raporton);
baogao a, ta zhunbeihaole (la raporton li preparis);
ta ba baogao zhunbeihaole (li la raporton preparis).

As fórmulas *a*) e *b*) têm quase a mesma frequência nas frases correspondentes em esperanto; a fórmula *c*), com objeto direto colocado diante do verbo e introduzido pela preposição acusativa *ba*, é mais frequente que a estrutura correspondente na língua de Zamenhof.

5. É preciso levar em consideração hábitos linguísticos diferentes

Uma língua internacional encontra-se em uma situação particular, porque ela deve permanecer clara para todo o mundo enquanto é utilizada por pessoas cujos hábitos linguísticos são diferentes. Em certas línguas, um mesmo pronome relativo pode designar, simultaneamente, o sujeito e o objeto da ação; a confusão é então evitada por outros meios linguísticos. É assim que o inglês utiliza a ordem das palavras: “*l’ami qu’a vu mon père*” e “*l’ami qui a vu mon père*”⁷ traduzem-se, respectivamente, por *the friend that my father saw* e *the friend that saw my father* (pode-se substituir *that* por *who*, que é invariável na língua falada, mas tem um acusativo – *whom* – na língua escrita; além disso, o pronome relativo pode estar implícito quando designa o objeto da ação: *the friend my father saw*; mas qualquer que seja a variante adotada, a ordem das palavras é absolutamente rígida).

Em espanhol, a ordem das palavras é livre e a distinção é garantida pela introdução de um monema “acusativo”, a preposição *a*, que permite identificar o objeto direto, de modo que as duas expressões se dizem, respectivamente: *el amigo que vió mi padre* e *el amigo que vió a mi padre*.

Se os autores de uma língua internacional optassem por um único pronome relativo, por exemplo *que*, para designar o sujeito e o objeto, partindo do princípio de que a ordem das palavras evitaria qualquer confusão, suas expectativas se justificariam talvez em relação aos anglófonos, mas é extremamente duvidoso que as pessoas de outras línguas – latinas e eslavas particularmente – cujos hábitos linguísticos vão contra esta rigidez, conseguissem se monitorar o suficiente para nunca colocar o sujeito depois do verbo. Elas correriam sérios riscos de exprimir a ideia “*l’ami qu’a vu mon père*” por *le amico que videva meo patre*, que um anglo-saxão compreenderá necessariamente como “*l’ami qui a vu mon père*”. Em esperanto, o risco de confusão é absolutamente nulo, como o mostram as duas frases: *la amiko, kiun vidis mia patro* e *la amiko, kiu vidis mian patron*. Esse exemplo não é teórico. Eu li um dia um texto em Interlingua onde figurava a frase *dracones que occide los homines*. Eu perguntei a um adepto desse projeto de língua internacional se isso queria

⁷ *l’ami qu’a vu mon père*: o amigo que meu pai viu.

l’ami qui a vu mon père: o amigo que viu meu pai.

dizer “*des dragons qui tuent les hommes*” ou “*des dragons que tuent les hommes*”⁸. Ele me respondeu que a frase poderia ter os dois sentidos. Isso não é grave para uma língua com ambições internacionais? O que pode passar em um texto literário seria inadmissível em um texto técnico, político ou jurídico, em que é imperativo saber quem fez o quê para quem.

A melhor prova de que essa tendência é real, é que se observa esse tipo de confusão em francófonos e pessoas de outras línguas quando elas escrevem em inglês. Quando eu era revisor na OMS, me aconteceu, mais de uma vez, de eu encontrar frases cujo autor, uma vez consultado, dava uma interpretação radicalmente diferente do que, sem se dar conta, ele tinha efetivamente expressado. Tal é, por exemplo, o caso de uma frase como *the social conditions that caused the armed conflict*, que significa “*les conditions sociales qui ont provoqué le conflit armé*” enquanto que o autor queria dizer “*les conditions sociales qu’a provoquées le conflit armé*”⁹. Acreditar que o contexto é suficiente para eliminar o problema é ilusório. Eu assisti a muitos mal-entendidos durante minhas atividades nas organizações internacionais para admitir esse tipo de argumento.

Nos textos jurídicos, nas resoluções, nos tratados, nas exposições científicas, não é possível tomar tantas precauções quando temos negócios com pessoas de cultura e mentalidade diferentes. Existe, de fato, nas pessoas de uma mesma cultura, um conhecimento muito sutil da significação mais provável nos casos em que o material linguístico não fornece nenhum indício, mas essa intuição é o resultado de bilhões de interconexões e de referências inconscientes que surgem da prática quase exclusiva de uma mesma língua durante muitos anos. Esse fator não oferece nenhuma ajuda nas condições próprias ao uso internacional.

A marca do acusativo representa uma riqueza toda particular do ponto de vista da clareza e da flexibilidade da expressão quando ela se junta, não somente aos substantivos, mas também aos adjetivos e participios que se relacionam a ela (o que é necessariamente o caso do esperanto, onde a análise gramatical é feita por princípio imediatamente perceptível). Em francês, a frase “*Elle a mentionné le fils du berger qui avait emmené le troupeau...*” (Ele mencionou o filho do pastor que conduzira o rebanho) não permite saber se as ovelhas foram conduzidas pelo pastor ou por seu filho. Na versão em esperanto, a presença ou a ausência do *-n* elimina qualquer ambiguidade. Eis aqui um segundo exemplo citado, entre outros tantos, por G. Waringhien em um notável estudo sobre o acusativo em esperanto (*Lingvo kaj Vivo*, La Laguna: Stafero, 1959, pp. 130-161), a frase de Victor Hugo: “*Il aimait son fils, ce vainquer*” (Ele amava seu filho, esse vencedor): *li amis sian filon, tiu venkinto* (o vencedor é o pai); *li amis sian filon, tiun venkinton* (o vencedor é o filho).

⁸ *des dragons qui tuent les hommes*: dragões que matam os homens.
des dragons que tuent les hommes: dragões que os homens matam.

⁹ *les conditions sociales qui ont provoqué le conflit armé*: as condições sociais que provocaram o conflito armado; *les conditions sociales qu’a provoquées le conflit armé*: as condições sociais que o conflito armado provocou.

6. Expressividade

Mas a grande vantagem do acusativo situa-se no nível da expressividade. Para quem domina uma língua eslava, por exemplo, a impossibilidade de inverter o sujeito e o objeto em línguas como o francês e o inglês é sentida como um terrível empobrecimento. Aqueles que experimentam tal vantagem são facilmente seduzidos. É isso que explica que a encontremos tantas vezes utilizada por esperantófonos na língua materna dos quais essa estrutura não existe.

Se queremos que uma língua internacional se esmere na tradução de textos originais de todas as culturas, o acusativo é insubstituível. A frase do Pai Nosso *Panem nostrum quotidianum da nobis hodie* (que é uma tradução exata, até na ordem das palavras, do texto grego traduzido de um original hebreu ou aramaico, hoje em dia perdido) é expressa de maneira muito mais fiel pelo esperanto *panon nian ĉiutagan donu al ni hodiaŭ* (o pão nosso de cada dia nos dai hoje) do que pelo francês *Donne-nous aujourd'hui notre pain de ce jour*: a música da frase, a qualidade geral do estilo não mudaram passando do latim para a língua de Zamenhof. O mesmo acontece com o verso de Virgílio *Infandum, regina, jubes renovare dolorem*¹⁰. A tradução em esperanto *Nedireblan vi petas, reĝin' renovigi doloron* mergulha o leitor ou o ouvinte em uma atmosfera muito mais próxima à atmosfera latina do que a tradução francesa *Vous m'ordonnez, ô reine, de renouveler une indicible douleur*. Tomemos um outro exemplo na literatura russa contemporânea: as primeiras palavras do belo conto de Korolenko *O sonho de Makar*. A construção russa “*Etot son videl bednyj Makar*”¹¹, que só é possível graças ao acusativo, pode ser traduzida literalmente em esperanto, o que produz imediatamente o mesmo clima: *Tiun sonĝon vidis kompatinda Makar*. Todas as fórmulas francesas que podem ser encontradas – “*Voici le rêve que fit le pauvre Makar*”, “*Ce rêve est celui que fit le pauvre Makar*”, “*Le pauvre Makar fit le rêve suivant*” – são superficiais, por comparação; nenhuma tem o impacto do texto original.

Línguas tão diferentes como o russo, o húngaro, o alemão, o árabe, o grego, o hindi, o japonês, o mongol utilizam um monema funcional para identificar o objeto da ação. Encontramos igualmente esse monema (mas seu uso é mais delicado) em línguas como o espanhol, o persa, o romeno e o chinês. Se admitimos o princípio segundo o qual a maneabilidade de uma língua estrangeira depende, ao mesmo tempo, de sua coerência e de sua semelhança com a língua materna, é forçoso concluir que, para a maioria da humanidade, uma língua internacional com acusativo é mais maneável que uma língua internacional sem acusativo.

Acrescentemos ao critério da maneabilidade o da clareza, sem o qual nenhuma comunicação linguística tem sentido, levando-se em consideração condições particulares nas quais encontra-se uma língua utilizada por pessoas cujos reflexos linguísticos (por exemplo, naquilo que diz respeito ao lugar das palavras na frase) são fatalmente muito

¹⁰ “Mandas, ó rainha, renovar uma dor inenarrável”. Tradução direta do latim, notas, argumento analítico e excuro biográfico por Tassilo Orpheu Spalding. São Paulo: Cultrix, 2007. p. 31.

¹¹ “Este foi o sonho do pobre Makar”. In.: *Maravilhas do Conto Russo*. Traduções revistas por: T. Booker Washington. Introdução e notas: Edgard Cavalheiro. Organização: Diaulas Riedel. Seleção: Serge Ivanovitch. 3ª ed. São Paulo: Cultrix, p. 117.

diferentes, e nós constataremos que as vantagens do acusativo superam, de muito longe, seus inconvenientes.

A existência de um acusativo em esperanto não resulta de uma decisão *a priori*, é o fruto de uma longa experimentação. A forma primitiva da língua, da qual temos uma amostra na célebre “*Carta a Borovko*”, não contém acusativo. O segundo estágio, aquele do caderno de 1881, é o da experimentação: na maioria dos textos, o acusativo (em *-l*) só existe para os pronomes. É, portanto, após muitas experiências, após ter traduzido uma série de obras literárias e textos muito diferentes, que Zamenhof chegou à solução do acusativo generalizado, que levou o grau de coerência a um ponto raramente atingido na história das línguas.

7. Facilidade ou precisão?

A presença de um acusativo torna a língua difícil? Para alguns, sem dúvida, ainda que isso se trate provavelmente mais a uma má pedagogia do que a uma dificuldade intrínseca. Tudo depende da maneira pela qual o descondicionamento é operado em relação à língua materna naquele que aprende o esperanto. Mas, de qualquer maneira, um dos traços distintivos da língua de Zamenhof é o *rigor*, que resulta da aplicação incondicional do princípio “análise imediatamente perceptível”, que foi discutido acima.

O esperanto é uma língua que não suporta o desleixo e as soluções de facilidade. Nele, a precisão tem sempre vantagem sobre a facilidade. A gramática oferece numerosos exemplos desse tipo, tais como os adjetivos possessivos reflexivos, a impossibilidade de um verbo ser ao mesmo tempo transitivo e intransitivo, a distinção entre o epíteto e o complemento atributivo em frases como *Je trouvais ce fruit délicieux au cours de mes longues promenades* (Eu achei esse fruto delicioso durante minhas longas caminhadas), ambíguas em francês, etc. (Ele achou o fruto delicioso, ou ele descobriu esse fruto, que era delicioso, durante suas caminhadas?)

Essas dificuldades são reais, mas elas diferem das dificuldades que apresentam a maior parte das línguas nacionais naquilo que elas não têm nada de arbitrário. Só há dificuldade na medida em que a língua materna do interessado é menos exata, porque só existe variação do significante, em esperanto, se houver variação do significado. Portanto, essas dificuldades desempenham, no fim das contas, um papel positivo. Elas representam os exercícios a serem feitos para chegar a manipular um instrumento de precisão, muito rico em nuances, mais flexível que a maioria das línguas nacionais. O esforço feito para dominar cada uma das dificuldades do esperanto é sempre, imediatamente, lucrativo do ponto de vista da qualidade da comunicação, ou da aquisição da arte de pensar com rigor. Ele difere essencialmente dos esforços, quantitativamente muito mais importantes, que exige o domínio dos gêneros alemães, da ortografia inglesa ou da conjugação francesa, que são heranças da história sem nenhuma contrapartida no nível do significado. O rigor do esperanto exige incontestavelmente uma disciplina, mas a qualidade da comunicação tem o seu preço. Todos os que se submeteram a ele concordam que o resultado vale o esforço.